



CIEA7 #27:

IMPACTO DA FORMAÇÃO E COOPERAÇÃO AO NÍVEL DO ENSINO SUPERIOR
NAS DINÂMICAS AFRICANAS CONTEMPORÂNEAS.

Luís Manuel Santa Mansos[◊]

luismansos@gmail.com

Maria do Rosário Alves de Almeida[◊]

maria.rosario20@gmail.com

O ensino superior a distância português, com os PALOP

A gestão do conhecimento e do capital intelectual constituem naturalmente pilares estratégicos das universidades. No capital intelectual, a consolidação do capital humano reveste-se de especial importância nomeadamente nas relações bilaterais entre a Europa e a África.

A cooperação entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), no que concerne ao Ensino Superior em geral e ao Ensino Superior a Distância em particular, tem evidenciado uma evolução muito positiva em termos quantitativos e qualitativos na formação superior dos recursos humanos desses países.

As universidades portuguesas, de uma forma geral, têm implementado políticas de ensino/aprendizagem em diferentes vertentes, caracterizadas por acentuada cooperação com os PALOP.

No contexto mundial da globalização, é evidente a necessidade de disponibilizar e capacitar os estudantes africanos com conhecimento indispensável ao crescimento e à criação de valor nesses países.

Ensino superior a distância, PALOP.

[◊] Universidade Aberta.

◦ Universidade Aberta.

INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) em Portugal e nas últimas décadas, têm assumido iniciativas na área do Ensino a Distância (EaD) e mais especificamente, no e-learning e no b-learning, que se têm revelado transversais nas estruturas dessas entidades educativo/formativas.

A este propósito, expressões como “Educação a Distância”, “Ensino a Distância”, “Ensino Aberto a Distância” ou “Aprendizagem a Distância”, não têm um significado exclusivo. O que importa fundamentalmente, é sublinhar que essas enunciações pretendem focar as metodologias e não as tecnologias (TIC) que as suportam, tecnologias que vão estando disponíveis de forma mais consistente, devido ao seu rácio qualidade/custo.

Estes sistemas de aprendizagem aplicados em tipos de educação transnacional, estão revestidos de características distintas, em função dos contextos concretos decorrentes das realidades nacionais, assim como das especificidades das instituições educativo/formativas em que se inserem (UAb, 2008).

As Instituições de Ensino Superior (IES)

As IES atualmente e de uma maneira geral, estão vocacionadas para disponibilizar serviços às suas unidades orgânicas, aos grupos de I&D, ao corpo docente, aos estudantes e funcionários, destacando-se, consoante os seus objectivos e os seus recursos, a criação de competências científicas e tecnológicas que lhes permitem implementar programas e projectos de desenvolvimento e formação, suportados nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na experimentação de novas modalidades de ensino, no apoio à sua comunidade universitária, e na contribuição para a criação, manutenção e gestão de estruturas de utilização comum, na produção de materiais multimédia, do ensino a distância, do audiovisual e da videoconferência.

No que concerne directamente aos cursos superiores ministrados pelas IES pela via e-learning e b-learning especificamente no 1º e 2º ciclos (respectivamente as licenciaturas e mestrados estabelecidos pelo Tratado de Bolonha), tem havido desenvolvimentos, quantitativo e qualitativo, diversificados.

Destacam-se uma série de IES que têm correspondido ao desafio da sociedade da informação, nas alternativas ao ensino superior presencial. Iniciaram um

percurso idêntico ao de outras Universidades¹ espalhadas pela Europa, sendo que no caso de Portugal, com investimentos na sua promoção, planeamento e utilização, justificados de acordo com a dimensão do país (Carvalho, 2006).

Explicitaremos de seguida IES que ministram ESaD que estão contribuindo com respostas concretas aos problemas do nosso tempo, sobretudo aos desafios colocados ao sistema educativo/formativo do ensino superior presencial em termos de exigência de criatividade e de obtenção de elevados índices de qualidade, sem descurar nunca os processos de avaliação a que necessariamente estarão sempre sujeitos (Copetto, 2009).

É o caso da Universidade de Aveiro que através da sua unidade de carácter multidisciplinar, o Centro de Multimédia e de Ensino a Distância (CEMED)², se tem caracterizado pelo acumular de importância no campo do e-learning³, com projectos e os cursos dos, 1º, 2º e 3º ciclos, Cursos de Especialização Tecnológica (CET), Mestrados Integrados, Associação para a Formação Profissional e Investigação da Universidade de Aveiro (UNAVE), Unidade Operacional para o e-Learning (UOe-L), Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro (ISCA) e outros.

Também o Instituto Superior de Gestão Bancária (ISGB), uma IES que ministra cursos superiores específicos na área financeira, apresentando a sua população estudantil uma ampla disseminação no território nacional.

O ISGB desenvolve e implementa metodologias e soluções de ensino/formação que melhor se enquadram nos requisitos de preparação e características próprias dessas populações direccionadas para o sector bancário. Nesse sentido, assumiu uma forte relevância na sua atividade a opção pela vertente do Ensino Superior a Distância (ESaD), no desenvolvimento do seu projecto científico, cultural e pedagógico.

Também a Universidade Católica Portuguesa (UCP) surge como uma IES fortemente motivada nas atividades de ensino aberto e a distância e em acções de formação que utilizam as TIC.

Foi em 1994 que se iniciou na UCP, o EaD. O seu Instituto de Educação, actual Faculdade de Educação e Psicologia, em parceria com o Instituto de Ensino e Formação a Distância (IEFD), já realizou uma série de edições do Mestrado em Ciências da Educação - Especialização em Informática Educacional⁴ em regime de

¹ Quando nos referimos às entidades de ensino superior, estamos a cingir-nos às Instituições de Ensino Superior e às Universidades, por defeito.

² URL: [online] - <http://www.ua.pt/cedmed/PageText.aspx?id=9955> (acedido a 26/07/10 – 20:46 horas).

³ URL: [online] - <http://elearning.ua.pt/> (acedido a 03/08/10 – 20:43 horas).

⁴ URL: [online] - http://www.porto.ucp.pt/leducacao/mst/mce_informatica_educacional/ (acedido a 26/07/10 – 21:06 horas).

EaD, assim como a sua Faculdade de Teologia que tem vindo a desenvolver com sucesso cursos neste regime, como é o caso do Mestrado em Ciências Religiosas.

Porém, é com a Universidade Aberta⁵ (UAb) que se concretiza em pleno o ESaD de forma institucional, pois tratando-se de uma instituição de ensino superior público vocacionada para o ensino a distância, já proporcionou formação de nível superior a mais de 10 mil estudantes, em 33 países dos cinco continentes, licenciando-se mais de 9 mil estudantes, concedendo-se mais de um milhar de graus de mestre e cerca de uma centena de graus de doutor⁶.

A UAb surge primeiro com cursos plasmados no EaD tradicional (que antecedeu o e-learning) nos anos 80, mais concretamente em 1988, marcando definitivamente o fim do Instituto Português de Ensino a Distância (Carvalho, 2006).

Posteriormente abriu-se uma nova fase no EaD, e no ano lectivo de 2008-2009, a UAb tornou-se na primeira e única universidade (pública) em Portugal a leccionar todas as licenciaturas e mestrados pela Internet, em regime de *e-learning*, através de um Modelo pedagógico virtual inédito no País e desenvolvido por esta instituição⁷.

Os estudantes que frequentam a UAb são praticamente na sua totalidade, indivíduos que fazem parte do mundo da lusofonia, distribuídos pelos cinco continentes em termos da sua fixação geográfica, da seguinte forma:

- Estudantes naturais de Portugal e dos PLOP, fixados nos respectivos países de origem;
- Estudantes naturais de Portugal e dos PLOP, fixados fora dos países onde habitualmente vivem e por conseguinte, na condição de emigrantes.

O presente estudo incide sobre o universo dos PALOP, pelo que, de forma sucinta, apresentamos de seguida, um resumo histórico relativo a cada um desses países.

⁵ A expressão “aberta”, é pela primeira vez adoptada pela Open University britânica, a primeira de uma nova geração de sistemas de ensino a distância a nível superior, baseados na utilização intensiva de materiais didácticos mediatizados, difundidos através dos meios de comunicação de massas. [online] - <http://www.open.ac.uk/> (acedido a 26/07/10 – 22:51 horas).

⁶ URL: [online] - <http://www.uab.pt/web/guest/uab/apresentacao> (acedido a 14/08/10 – 20:51 horas).

⁷ URL: [online] - <http://www.uab.pt/web/guest/uab/apresentacao> (acedido a 14/08/10 – 20:51 horas).

Os PALOP:

São cinco os países que compõem os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, cujo acrónimo como já vimos é, PALOP.

 Angola

 Cabo Verde

 Guiné-Bissau

 Moçambique

 São Tomé e Príncipe

Os membros dos PALOP são ex-colónias de Portugal em África, que obtiveram a independência entre 1974 e 1975.

A título de exemplo genérico, explicitamos no quadro I, alguns indicadores que nos parecem importantes para que melhor se perceba a verdadeira dimensão e quais as condições em que estes países africanos lusófonos se encontram nos últimos anos, se pensarmos no trajecto por eles seguido desde a diáspora que tem perdurado para além da sua independência.

	Angola	Moçambique	Guiné-Bissau	Cabo Verde	São Tomé e Príncipe	Portugal
Localização	África Austral	África Austral	África Ocidental	África Ocidental	África Ocidental	Europa (UE)
Área (km ²)	1.246.700	799.380	36.125	4.033	997	91.906
PIB (mil milhões de US\$) est. 2007	61,36	7,56	0,34	1,43	0,14	223,3
PIB per capita (US\$) est. 2007	3.757	368	205	2.890	880	21.018
PIB Real PPP per capita (US\$) (EIU)	2.335 (2005)	804 (est. 2007)	827 (est. 2007)	5.803 (2005)	2.178 (2005)	21.052
Crescimento real do PIB (%)	26,6 (proj. 2008)	7,0 (proj. 2008)	3,3 (proj. 2008)	7,2 (proj. 2008)	6,0 (proj. 2008)	1,9 (2007)
População (milhões)	15,9 (2005)	20,4 (2007)	1,6 (2005)	0,507 (2005)	0,164 (2005)	10,6 (est. 2007)

Quadro I – Indicadores PALOP/Portugal
Fonte: Perreira, 2009 (Adaptado)

Estes países, que se encontram organizados também na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁸ (CPLP), vêm firmando protocolos de cooperação com vários países e organizações nos campos da cultura, educação e desenvolvimento.

⁸ Para além dos PALOP, estão incluídos na CPLP os seguintes países: Brasil, Portugal e Timor-Leste.

É nesse sentido e sempre com a preocupação da preservação da língua portuguesa, que os PALOP e Portugal têm cooperado nessas e outras áreas em geral e no que diz respeito ao estudo presente, em cooperações no plano do ensino superior a distância.

Para melhor nos enquadrarmos nesta temática, é fundamental conhecermos um pouco melhor a realidade educativa nesses países, para que se perceba melhor as perspectivas das populações no contributo que podem e devem dar aos seus países:

i. Angola tem tido nos últimos anos um crescimento económico sem precedentes (embora extremamente desequilibrado) nos últimos anos, principalmente depois de terminadas as desavenças internas entre o MPLA e a UNITA⁹.

No que concerne ao sistema educativo, a procura de formação superior em IES portuguesas tem aumentado, juntamente com empreendimentos de estruturas ligadas à educação. É assim que está a ser erguido no município de Luanda, um , segundo a Angop¹⁰, albergar 17.500 estudantes e que será implementado por fases.

ii. Cabo Verde é um país que por razões históricas e geográficas, se traduziu numa sociedade aberta ao mundo numa economia de circulação, com o povo caboverdiano a marcar um posicionamento estratégico no mundo globalizado. Esta postura requer uma visão transdisciplinar do cidadão, cabendo aqui a vertente educativa no contexto do ensino superior.

O ensino superior em Cabo Verde caracterizou-se, desde a sua independência, por estímulos oriundos de situações conjunturais em Cabo Verde de curto e médio prazo (Brito, 2003).

É a esse propósito que surge em Cabo Verde a Universidade Piaget em 2001, desenvolvendo a transdisciplinaridade vocacionada para a nova realidade fomentada pela sociedade da informação e do conhecimento, com suporte nas TIC.

Com o novo paradigma da economia mundial, existe a convicção que o incremento do ensino superior nos países em desenvolvimento é uma prioridade central. Aliás, a Unesco e o Banco Mundial redigiram um relatório¹¹ “O Ensino Superior nos Países em Desenvolvimento”, onde realçam a necessidade urgente da organização e desenvolvimento do ensino superior nesses países.

iii. A Guiné-Bissau, ao contrário do que tem acontecido com outros países africanos e apesar da tomada de consciência da importância das migrações no processo de desenvolvimento global, ainda não tomou iniciativas concretas que

⁹ O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), juntamente com a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), foram os três principais movimentos de libertação de Angola.

¹⁰ URL: [online] - http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/angop/index.html; (em 06-07-10 - 23:52 h).

¹¹ URL: [online] - <http://wbi.worldbank.org/wbi/>; (em 06-07-10 - 22:13 h).

conduzam a um equilíbrio das suas estruturas educativas. A diáspora guineense com competências individuais formalmente superiores tem demonstrado alguma incapacidade em organizar-se e fazer o seu país de origem beneficiar do *know-how* que as conjunturas migratórias lhes proporcionaram. Uma das possíveis razões tem a ver, segundo Có (2009), com a representação e reprodução negativa do seu capital social e simbólico, se se considerar que este tem a ver com os elementos socioculturais e a capacidade que cada rede migratória e o país de origem têm em se organizar e envolver os seus membros em projectos comuns.

iv. Moçambique é um país que mantém desde há muito uma estrutura social heterogénea. Atualmente, segundo dados da sua fonte do Ministério da Educação e Cultura disponibilizado ao Instituto Nacional de Estatística¹² em 2009, a população masculina ronda os 10.000.000, enquanto a feminina são cerca de 11.000.000.

Em relação ao ensino superior, os estudantes matriculados por sexo em todas as áreas científicas, em 2007-2008, e por Universidades públicas/privadas, são respectivamente: população masculina ronda os 32.816/6.459, enquanto a feminina são cerca de 18.561/5.640.

Recentemente, Moçambique está a apostar vivamente no ensino a distância.

v. S. Tomé e Príncipe é um país onde a erradicação da pobreza depende muito da transparência da ação do Estado. Nesse sentido, uma das premissas do desenvolvimento tem a ver com o capital humano detido por são-tomenses em IES estrangeiras, que por razões da sua formação superior e condições económicas, sociais, tecnológicas e culturais, poderão ser preponderantes no alavancamento desse desenvolvimento, centrado na promoção dos são-tomenses no seu país de origem (Nascimento, 2005).

Porém, parece este intento estar ferido na prática do dia-a-dia, porque é visível a postura das pessoas recém-formadas fora do país, que optam pelo não regresso a S. Tomé, perante as fracas expectativas empresariais, do débil investimento e das ofertas de emprego pouco atrativas.

Feito o resumo histórico, pensamos ter entre mãos algumas situações a ponderar, como sejam:

i. Se se levar em linha de conta a globalização que torna mais dinâmico o inter-relacionamento dos povos nas suas vivências sociais, culturais, profissionais, económicas e políticas,

ii. Se se pensar que estando os PALOP e cada um desses países, no seu espaço e de forma diversa, abrangidos pelas consequências da referida globalização,

¹² URL: [online] - <http://www.ine.gov.mz/publicacoes/1.pdf/>; (em 14-08-10 - 22:13 h).

iii. Se a língua comum que partilham os PALOP e os valores por ela induzidos, são fatores que podem trazer consigo, contraposição e rectificação aos efeitos colaterais da globalização,

Então é legítimo antever a colaboração dos PALOP em centros de conversação e na gestão das interdependências mundiais, na cooperação e decisão internacionais em que participam, contribuindo com a sua quota-parte de influência, para uma maior coesão internacional (Marchueta, 2001).

Nessa perspectiva, é fundamental preparar os futuros responsáveis desses países com uma formação superior de qualidade, dotando-os de capital humano suficientemente capaz de os tornar cidadãos capazes de implementar e gerir os projectos nacionais dos seus países africanos, de modo a levarem a bom porto os interesses económicos e culturais dos seus países.

É nesse sentido que as IES terão possivelmente que repensar a sua gestão estratégica, no sentido de reavaliar os mecanismos de planeamento, criação, transmissão e disseminação do capital humano, de forma a estabelecer equilíbrios na sua população estudantil, culturalmente heterogénea.

Na distribuição geográfica a que estão sujeitos os estudantes dos PALOP, percebe-se que tendo uma formação cultural própria a que se encontram vinculados por força da sua condição de cidadãos, quer estando fixados nos seus países de origem, quer sujeitos à cultura de outros países pelo facto de estarem neles integrados, cabe às IES disporem de uma estrutura suficientemente consistente integrada no ESaD que responda às diferentes questões que advenham desta problemática transnacional.

Essas respostas, parece-nos terem todo o sentido, se forem conduzidas no sentido do desenvolvimento da educação transnacional, plasmada por um EaD enérgico e eficaz, de modo a produzirem um efeito de alavancamento crescente na integração das economias e da globalização dos mercados.

Outro aspecto é o que concerne à operacionalidade tecnológica da educação transnacional ligada a este tipo de metodologias formativas. Pensamos que as IES deverão ter em linha de conta duas situações que nos parecem pertinentes:

- i. A que está ligada aos aspectos de eficácia tecnológica proposta para as atividades de ensino e aprendizagem,
- ii. A que permite o acesso dos estudantes a essa tecnologia.

É que as variantes operacionais das TIC propostas pelas IES e a aplicar adequadamente nas atividades dos estudantes dos PALOP a residir nos seus países de origem, vão depender das realidades nacionais em que eles estão inseridos.

No entanto, parece-nos que as opções estratégicas ao dispor das IES com ESaD são inúmeras, uma vez que já têm previsto ou dispõem de recursos apropriados para os diferentes cenários que eventualmente poderão surgir. O uso desses recursos passa por uma gama de ferramentas que vão desde cassetes de áudio e de vídeo, pela rádio e televisão educativas, CD's e DVD's, até às Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), que com os seus desenvolvimentos abrem novas janelas de oportunidade, sustentando fenómenos de interação virtual tais como a videoconferência, promovendo a partilha de ideias e de acessos a recursos de aprendizagem, a serem disponibilizados em qualquer parte do mundo em tempo real e portanto de modo síncrono, ou depois de gravadas, utilizadas de modo assíncrono, em qualquer local do mundo e ao mesmo tempo.

De igual modo, toda esta lógica de acessibilidades sem condicionantes espaço-temporais, é viabilizada por instrumentos de suporte às metodologias, sob a forma de plataformas tecnológicas, Learning Management System (LMS), integradas nos dispositivos Internet, Intranet e Extranet.

Quer isto dizer, que se as modalidades a distância possuem inúmeras vantagens, pressupõe também que as IES que definem as aprendizagens nos espaços digitais tenham consciência do seu papel no alinhamento do diálogo intercultural e portanto uma vocação para a diferença.

CONCLUSÃO

O ensino superior a distância português e os PALOP, tem proporcionado novas formas de colaboração em termos organizativos e pedagógicos que devem ser desenvolvidos progressivamente sob a forma de parcerias, alianças e protocolos, sempre numa linha de respeito mútuo entre as organizações dos seis países.

Sendo importante que as IES portuguesas com ESaD implementem o capital humano, a fim de estimularem a sua qualificação seletiva e portanto deterem uma oferta nacional de qualidade, não é menos importante a exportação de ofertas qualificadas de ensino/aprendizagem universitário, que correspondam a procura de formação superior, dos países lusófonos em geral e dos PALOP em particular, em função da suas políticas educacionais e de espaço territorial.

Para isso, parece-nos importante que estas IES possam assegurar quatro domínios essenciais para a sustentabilidade da sua oferta de ensino superior a distância. Que estejam por um lado suficientemente bem enquadradas juridicamente, uma vez que importa que assegurem um modo de prestação do serviço docente de acordo com os critérios de qualificação pedagógica específica, que se redimensionem

de acordo com a procura internacional em geral e dos PALOP em particular, que alimentem nas suas envolventes educativas uma vocação intrínseca à língua portuguesa, de modo a estar sempre presente em todas as suas atividades e finalmente, que disponham de regulamentação da oferta de recursos educacionais de forma a certificar e validar, padrões mínimos de qualidade.

BIBLIOGRAFIA

- Brito, J.(2003). A Transdisciplinaridade no Ensino Superior em Cabo Verde. EcooS Revista Científica-Centro Universitário Nove de Julho - S. Paulo, Brasil; n.1, v.5, p. 95-113.
- Carvalho, C. (2006) e-Learning e formação avançada: casos de sucesso no Ensino Superior da Europa e América Latina, Porto, Edições Politeama, ISBN 972-8688-37-7.
- Có, J. (2009): A diáspora guineense qualificada, uma rede periférica no desenvolvimento do país de origem; SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações; SOCIUS Working Papers, n.º 08/2009, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, [online]: http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_8_2009.pdf, (acedido a 09/07/10, às 23:58h).
- Copetto, M. (2009) O Ensino Superior Hoje: Análise de política educativa, Lisboa, Editora Universidade Lusíada, ISBN 978-989-640-028-6.
- Marchueta, M. e Fontes, J. (2001) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: Fundamentos Político-Diplomáticos, Lisboa, Editora Centros de Estudos Orientais da Fundação Oriente, ISBN 972-8157-03-7.
- Nascimento, A.(2005). Ciências Sociais em S. Tomé e Príncipe: A Independência e o Estado da Arte. Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa: Editor: Centro de estudos africanos da Universidade do Porto, Edição: 1ª (Novembro/2007), ISBN 978-989-95426-6-2.
- UAb (2008) O Futuro do Ensino a Distância em Portugal: Subsídios para a sua Regulação, Lisboa, Editora Universidade Aberta, ISBN 978-972-674-556-3.